

QUESTOES

Assistente Jurídico de Qualquer Ministério — PH 2.077

PROVA ESCRITA DE DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Duração total de 4 horas

PARTE I — QUESTÕES

Responda, nas folhas de almaço, as questões que se seguem. As respostas deverão ser justificadas, embora sucintamente. Será atribuída nota zero não somente às respostas erradas, como também às respostas certas não justificadas ou justificadas erradamente. Indique, diante de cada resposta, o número da questão correspondente.

1. Um indivíduo deparou na via pública um desafeto, que caminhava à sua frente. Resolve apunhalá-lo pelas costas e o outro cai no chão, ferido. Nessa ocasião o agressor verifica que se equivocara, por isso que se tratava de um estranho. Pergunta-se se ultimamente o autor das lesões físicas pode invocar o erro de fato.
2. Dois barqueiros conduziam, mediante pagamento, um turista a dar um passeio de bote. A certa altura o bote, em razão do peso, começou a fazer água e os barqueiros para evitarem que perecessem os três pelo sossobramento do bote, jogaram o passageiro ao mar, vindo êle a morrer. Ao chegarem a terra os barqueiros foram presos e processados por homicídio. Podiam invocar a seu favor o estado de necessidade?
3. Um condutor de bonde fazia a cobrança da passagem a três indivíduos conhecidos como desordeiros no local. Um dêles o esbofeteia e, imediatamente, o condutor saca de um canivete e o fere num dos braços. Um policial, que se achava próximo, corre, prende em flagrante o condutor, passa uma revista nos outros indivíduos e nenhum dos três estava armado. Agiu o condutor

em legítima defesa ou excedeu-se culposamente na mesma?

4. Um rapaz de vinte anos de idade seduziu uma menor de dezessete anos de idade, deflorando-a. Veio a ser condenado à pena de dois anos de reclusão e, na data da sentença, o acusado já tinha vinte e dois anos de idade. Pode êle ser beneficiado com a suspensão condicional da pena?
5. Um indivíduo foi condenado e cumpriu a pena de quinze dias de prisão simples, como incurso no artigo 59 da Lei de Contravenções Penais. Posteriormente praticou um furto e foi processado. Ao fixar-se a pena poderá ser considerado reincidente genérico?
6. Um indivíduo foi vítima de uma injúria em público e um soldado que se achava no local conduziu o ofendido e autor da injúria perante a autoridade policial. O ofendido então representou contra o ofensor, foi lavrado o competente auto e feitas as ulteriores diligências policiais. Afinal, o processado foi remetido a Juízo. Pergunta-se se o Promotor Público, que recebeu os autos com vista, pode devolvê-los, oferecendo denúncia, por ser em regra o Ministério Público o titular da ação penal.
7. Houve um acidente culposos, mas não foi possível obter qualquer prova respeito ao modo e à maneira como ocorreu o mesmo. E' possível presumir a culpa de alguém?
8. Prêso em flagrante delito, um larápio declarou à autoridade policial, ao ser qualificado, que tinha 2 anos. Em Juízo pediu a nulidade, por não lhe haver sido dado Curador e ter apenas 20 anos de idade, o que só veio a ser apurado ser verdade após exame médico, por não possuir certidão de idade. E' o caso de nulidade?
9. Um indivíduo foi autuado em flagrante por motivo de contravenção penal.

Remetido o inquérito a Juízo, foi afinal condenado sem que perante o magistrado fosse feita qualquer prova de acusação. Então o inquérito policial dispensa a instrução criminal?

10. Um indivíduo, perante um dos Juizes Criminais do Distrito Federal, produziu atestado de pobreza passado por autoridade policial e pediu ao magistrado que lhe concedesse os benefícios da Justiça Gratuita, para propor ação penal privada. O Juiz indeferiu esse pedido. Qual o recurso cabível?

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

PARTE I — QUESTÕES

Responda, nas folhas de almoço, as questões que se seguem. As respostas devem ser justificadas, embora sucintamente. Será atribuída nota zero não somente às respostas erradas, como também às respostas certas não justificadas ou justificadas erradamente. Indique, antes de cada resposta, o número da questão correspondente.

1. Coloque os textos normativos adiante indicados em ordem numérica decrescente, de acordo com a sua posição hierárquica, englobando no mesmo número de ordem os que forem de igual hierarquia:

RISG (Regulamento Interno dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa),

Consolidação das Leis do Trabalho, Emenda constitucional,

Lei Orgânica do Ensino Secundário, Portaria do Ministério da Educação e Saúde sobre remuneração de professores,

Código Civil,

Decreto n.º 21.321, de 18-6-46 (Estatuto da Universidade do Brasil),

Lei n.º 1.711, de 28-10-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União),

Regulamento dos Serviços Públicos, Constituição Federal,

Circular do Presidente da República, que regulou a aplicação do art. 23 das disposições constitucionais transitórias.

2. As leis da União prevalecem sempre sobre as dos Estados, e estas sobre as dos municípios?

3. Qual a Câmara que inicia a discussão e votação do orçamento? Pode ela rejeitar todas as emendas da Câmara revisora?

4. Nos crimes de responsabilidade e nos crimes comuns, por quem é julgado o Presidente da República e qual a formalidade necessária para que tenha lugar o julgamento?

5. Quando é que a alegação de inconstitucionalidade de uma lei deve ser submetida ao plenário dos tribunais e qual a exigência constitucional para que seja a lei declarada inconstitucional?

6. Indique a mais importante característica que seja comum à naturalização tácita e à naturalização expressa, e pelo menos duas características diferenciais.

7. Existe diferença, quanto às garantias constitucionais, entre os magistrados do Distrito Federal e os dos Estados?

8. Qual a posição do Tribunal de Contas em face dos diversos poderes do Estado?

9. Em caso de opção de nacionalidade, o optante é brasileiro nato ou naturalizado?

10. Assinale, na lista abaixo, as atividades que são permitidas aos servidores públicos em geral e vedadas aos magistrados:

Participar do produto de multas fiscais.

Votar em quaisquer eleições políticas.

Exercer a advocacia (com restrições).

Participar de comício partidário, como orador.

Dirigir partido político.

Exercer o magistério secundário.

Exercer o magistério superior.

Candidatar-se ao Congresso.

Ser nomeado Ministro de Estado.

PROVA ESCRITA DE DIREITO COMERCIAL

PARTE I — QUESTÕES

Responda, nas folhas de almoço, as questões que se seguem. As respostas devem ser fundamentadas, embora sucintamente. Será atribuída nota zero não somente às respostas erradas, como também às respostas certas

não fundamentadas ou fundamentadas erradamente. Coloque, antes de cada resposta, o número da questão correspondente.

1. Que é matéria comercial e que significa a aplicabilidade do direito comercial *intuitu-materiae*?
2. Pode a mulher casada exercer, livre e validamente, o comércio?
3. As empresas de transporte respondem, em todos os casos, pelas perdas e danos sofridas pelas mercadorias por elas transportadas?
4. Que é contrato mercantil?
5. E' essencial para a validade jurídica da compra e venda mercantil a tradição da coisa vendida?
6. Que são títulos de crédito?
7. Para a validade da hipoteca marítima é indispensável a outorga uxória?
8. E' o conhecimento de depósito suscetível de endosso?
9. Como se prova o contrato de transporte de mercadorias?
10. Que é seguro?

PROVA ESCRITA DE DIREITO COMERCIAL

PARTE II — PONTO 9 CONSULTA

A viajava no ônibus n.º 33, da Empresa F. M., em demanda de Copacabana, quando, na Praia do Flamengo, nas cercanias da rua Ferreira Viana, o veículo, deixando, inopinadamente, o leito da rua, galgou a guia da calçada, tombando, em seguida, do que resultaram gravíssimos ferimentos em A, que, em consequência, veio a falecer, no próprio local do acidente. O motorista do ônibus, que, com bons fundamentos, alegou e provou ter sido forçado a desviar-se, bruscamente, a fim de evitar mal maior, consistente, no caso, na colisão com um auto-lotação, que, em grande velocidade e na contra-mão, trafegava em sentido contrário, foi absolvido no Juízo Penal, ao passo que o motorista do lotação foi condenado. Isto pôsto, indaga-se:

- a) São ressarcíveis os danos causados à viúva e aos filhos menores de A?
- b) Contra quem, no caso, devem estes propor a competente ação?

NOTA: A resposta deverá ter a forma de *PARECER fundamentado*, pois do contrário não será levada em consideração.

PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL, QUE TERA' A DURAÇÃO TOTAL DE 4 HORAS

PARTE I — QUESTÕES

Responda, nas folhas de almaço, as questões que se seguem. As respostas deverão ser justificadas, embora sucintamente. Será atribuída nota não somente às respostas erradas, como também às respostas certas não justificadas ou justificadas erradamente. Indique, diante de cada resposta, o número da questão correspondente.

1. Em que caso tem o possuidor de má fé direito a indenização por benfeitorias e a retenção?
2. Enumerar os direitos e deveres dos condôminos.
3. Podem as cartas particulares ser publicadas sem permissão de seus autores ou apresentadas em juízo como documentos, nas mesmas condições?
4. Quais são os titulares de penhor legal, independentemente de convenção?
5. Responde por ato ilícito aquele que pratica o dano em estado de necessidade?
6. Pode o pai que reparou o dano causado pelo filho reaver dêste o que pagou?
7. Havendo herdeiros necessários, em que proporção pode o testador dispor de seus bens?
8. A mulher casada com separação de bens tem preferência sobre os irmãos do marido, quanto à herança dêste?
9. O marido casado com separação de bens pode dar fiança sem outorga da mulher?
10. Em que prazo prescreve a ação por honorários médicos?

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

PARTE I — QUESTÕES

Responder, nas folhas de almaço, as questões, abaixo. As respostas devem ser justificadas, embora sucintamente. Será atribuída nota zero não somente às respostas erradas, como também às respostas certas, mas não justificadas ou justificadas erradamente. Antes de cada resposta mencione o número da questão correspondente.

1. Como se conceitua o regulamento administrativo: é lei? material ou formal?
2. Justifica-se ainda a divisão dos atos administrativos em atos de império e atos de gestão? como?
3. Qual a natureza jurídica da relação de emprego público?
4. É a promoção um direito do funcionário? em que termos? Em que condições o funcionário a adquire?
5. Quais as garantias asseguradas ao extranumerário? Como é ele admitido?
6. Quais os direitos do funcionário aposentado? Está ele sujeito à disciplina?
7. Como se caracterizam, de per si, a responsabilidade funcional, civil e penal do funcionário público? Estão os extranumerários sujeitos à mesma responsabilidade dos efetivos?
8. Em que condições gerais, objetivas e subjetivas, se permite recorrer de ato da autoridade administrativa? Pode-se recorrer para a própria, que o praticou? Que é que se lhe pede, nesta hipótese?
9. Em que termos e condições responde o Estado pelos atos de seus funcionários?
10. Em que consiste o controle jurisdicional da Administração Pública? Que órgãos o exercem, no Brasil?